

SUMÁRIO

<i>Breve explicação</i>	9
<i>Prefácio da 4ª edição</i>	11
<i>Prefácio da 1ª edição</i>	13
INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1 A efetividade da tutela do direito e a instrumentalidade do processo	19
1. Preocupação pela efetiva tutela de direito por meio do processo	19
2. As perspectivas de direito material e de direito processual na análise da problemática	20
3. Ponto de confluência das duas perspectivas e a relevância da pesquisa dos aspectos constitucionais do direito processual e do estudo da “dimensão constitucional” do direito e da justiça	25
4. Importância do tratamento mais criterioso do problema da organização judiciária.....	28
5.a) Criação do CEBEPEJ – Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais	32
5.b) Conselho Nacional de Justiça e Pesquisas Judiciárias	34
5.c) A Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010, do CNJ: seu alcance e importância	35
Capítulo 2 Cognição e sua importância como técnica processual ..	44
6. A cognição e sua relevância	44
7. Cognição e classificação das ações	45
7.1. Classificação tradicional	45
7.2. Classificação de Pontes de Miranda.....	46
7.3. Classificação de Celso Neves.....	47
7.4. Classificação de Chiovenda	49

7.5. Classificação de Botelho de Mesquita.....	50
8. O binômio “conhecimento – execução” e a síntese alcançada pelos juristas da Idade Média entre duas concepções opostas, a romana e a germânica. Sua influência atual.....	52
9. A importância da cognição pela própria natureza da atividade do juiz.....	55
10. Relativização da dicotomia “processo de conhecimento – processo de execução”.....	55
Capítulo 3 Conceito de cognição e motivação.....	62
11. A <i>cognitio</i> no direito romano	62
12. Conceito de cognição	67
12.1. Seu caráter prevalentemente lógico	67
12.2. Componentes de caráter não intelectual.....	68
13. Cognição e avaliação equitativa dos fatos.....	70
14. Cognição e aperfeiçoamento cultural dos juízes, direito à “cognição adequada” e o princípio do juiz natural	71
15. Cognição e motivação, obrigatoriedade da motivação e o princípio do juiz natural.....	73
Capítulo 4 Objeto da cognição: questões processuais, condições da ação e mérito da causa	79
16. Trinômio de questões	79
17. Questões processuais.....	82
18. Condições da ação.....	83
18.1. Teoria eclética da ação.....	83
18.2. Teoria do direito abstrato de agir.....	87
18.3. Diferenças teóricas e práticas das perspectivas concretistas e abstratistas.....	92
18.4. Necessidade de conciliação das posições contrastantes	96
18.5. Coordenação entre direito e processo no plano lógico.....	98
19. Cognição e sua importância para a compreensão do fenômeno da coordenação direito – processo	100

20. Mérito da causa.....	104
20.1. Considerações iniciais.....	104
20.2. Mérito e objeto do processo. Pretensão processual de dupla direção (Cândido R. Dinamarco).....	105
20.3. Elementos objetivos do processo, objeto litigioso e mérito (Celso Neves)	107
20.4. Mérito e pretensão objeto do pedido (Pontes de Miranda)	110
20.5. Mérito, objeto litigioso e objeto do processo	111
20.6. Questões de mérito.....	113

Capítulo 5 Modos de utilização da cognição como técnicas processuais 118

21. A cognição considerada nos planos vertical e horizontal	118
22. Combinação das várias modalidades de cognição para a concepção de processos com procedimentos diferenciados.....	120
22.1. Cognição plena e exauriente.....	122
22.2. Cognição parcial e exauriente	122
22.3. Cognição plena e exauriente <i>secundum eventum probationis</i> ...	125
22.4. Cognição eventual, plena ou limitada e exauriente.....	126
22.5. Cognição sumária ou superficial	127
23. Cognição, procedimento e cláusula do “devido processo legal”.....	128

Capítulo 6 Cognição sumária..... 132

24. Conceito de cognição sumária	132
25. Breve esboço histórico sobre a cognição sumária	135
26. Cognição sumária e processos sumários cautelares e não cautelares ..	139
26.1. Processo sumário cautelar	139
26.2. Direito substancial de cautela, mérito da ação cautelar e cog- nição sumária	143
26.3. Ação cautelar e ação principal. Dispensabilidade eventual da ação principal: critério para sua determinação.....	146
26.4. Processo sumário não cautelar	147

27. Cognição sumária como técnica de concepção de processos diferenciados e ajustados à sociedade moderna	148
CONCLUSÃO	153
<i>Bibliografia</i>	155
<i>Referências à legislação brasileira</i>	167
<i>Índice onomástico</i>	171
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	175